

SUMÁRIO DA INTRODUÇÃO

A ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE GUARAGUAÇU	1
ENQUADRAMENTO DA EEG DE ACORDO COM O SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	2
HISTÓRICO DO PROCESSO DE CO-GESTÃO DA EEG	3
READEQUAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DA EEG	4
Método de trabalho	5
Estrutura e conteúdo do Plano de Manejo da Unidade	5
ACESSO À UNIDADE DE CONSERVAÇÃO.....	6
FICHA TÉCNICA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	8

LISTA DE QUADROS E TABELAS DA INTRODUÇÃO

QUADRO 1 - ESTRUTURA DO PLANO DE MANEJO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO GUARAGUAÇU.....	6
--	---

LISTA DE FIGURAS DA INTRODUÇÃO

FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DA EEG.....	1
FIGURA 2 - ACESSO A EEG.....	6

INTRODUÇÃO

A ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE GUARAGUAÇU

A Estação Ecológica de Guaraguaçu (EEG) é uma Unidade de Conservação (UC) Estadual de proteção integral criada pelo Decreto Estadual nº 1.230 de 27 de março de 1992, com área total de 1.150ha.

Localiza-se na planície costeira paranaense, no município de Paranaguá, e constitui-se em um dos últimos remanescentes bem preservados da Floresta Atlântica nesta região (Figura 1).

A Unidade compreende alguns lotes da gleba 2 da Colônia Jacarandá, tendo por documentos fundiários as matrículas de números 44.096, 44.097, 44.474, do Cartório de Registro de Imóveis de Paranaguá.

Limita-se a noroeste com uma importante área pertencente à Ambiental Paraná Florestas S/A, e a sudoeste com áreas loteadas nas proximidades da rodovia PR-407.



FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DA EEG.

Suas divisas também são estabelecidas pelos rios Guaraguaçu e Pequeno, contando com uma topografia praticamente plana (2 a 5m s.n.m.).

A responsabilidade sobre esta Unidade é do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), entidade autárquica, instituída em 1992, através da Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho, com a criação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA).

ENQUADRAMENTO DA EEG DE ACORDO COM O SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Essa UC de jurisdição estadual está enquadrada na Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 que regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Em relação ao art. 7º, a UC é enquadrada na categoria I como unidade de “Proteção Integral”, com o objetivo “preservar a natureza, sendo admitida apenas a proteção integral dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei”.

Pelo art. 8º está categorizada como “Estação Ecológica”, que tem por objetivo, previsto no art. 9º da referida Lei “a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas”. O artigo 9º define as seguintes características e atribuições para uma Estação Ecológica:

§ 1º A Estação Ecológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º É proibida a visitação pública, exceto quando com objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o Plano de Manejo da unidade ou regulamento específico.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

§ 4º Na Estação Ecológica só podem ser permitidas alterações dos ecossistemas no caso de:

I - medidas que visem a restauração de ecossistemas modificados;

II - manejo de espécies com o fim de preservar a diversidade biológica;

III - coleta de componentes dos ecossistemas com finalidades científicas;

IV - pesquisas científicas cujo impacto sobre o ambiente seja maior do que aquele causado pela simples observação ou pela coleta controlada de componentes dos ecossistemas, em uma área correspondente a no máximo três por cento da extensão total da unidade e até o limite de um mil e quinhentos hectares.

Em relação a seu entorno imediato a EEG deve, de acordo com o art. 25º desta Lei, estabelecer uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos.

De acordo com seu § 1º “o órgão responsável pela administração da unidade estabelecerá normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos”, e seu art. 2º estabelece que “os limites da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos e as respectivas normas de que trata o § 1º poderão ser definidas no ato de criação da unidade ou posteriormente”.

HISTÓRICO DO PROCESSO DE CO-GESTÃO DA EEG

A partir de 1996 a EEG passou a receber maior atenção da administração pública, integrando a carteira de propósitos do Programa Proteção da Floresta Atlântica (Pró-Atlântica) que é fruto de cooperação financeira internacional, firmada entre o governo federal da Alemanha, através do banco *Kreditanstalt für Wiederaufbau Bank* (KfW) e o Governo do Estado do Paraná, através de sua Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA). O propósito da cooperação é o de investir na conservação do bioma Floresta Atlântica.

Uma das estratégias para cumprimento desse objetivo foi de estabelecer um processo de gestão compartilhada em uma das unidades na área de influência do Programa, sendo escolhida para tal a EEG.

Vencidos diversos impedimentos burocráticos e administrativos, em 3 de fevereiro de 2000, firmou-se um termo de convênio para fins de co-gestão da Estação Ecológica entre a SEMA, por intermédio de seu órgão ambiental, o Instituto Ambiental do Paraná, e a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), instituição não governamental.

O objetivo da parceria entre o Estado e a instituição não governamental era o de acelerar a estruturação da Unidade, compensando as limitações da estrutura e da dinâmica do poder público frente à amplitude de suas atribuições (Bolzani, 2004), promovendo maior eficácia na conservação do patrimônio natural e cultural da Estação.

Entre as atribuições da SPVS estava a responsabilidade pela elaboração de um instrumento gerenciador, contendo as diretrizes de manejo da Unidade e a contratação e supervisão da equipe para gerenciar e executar as ações para implementação da Estação. À SEMA/IAP cabiam principalmente atividades de orientação e apoio à SPVS e a supervisão dos trabalhos.

Findado o tempo de vigência do termo de convênio em 16 de junho de 2002, este sofreu ampliação de prazo através da assinatura de um termo aditivo, estendendo-se o convênio até junho de 2003.

Durante a vigência da co-gestão, a SPVS elaborou um plano emergencial para a Estação, seguido de um planejamento operacional, direcionando os trabalhos da ONG na Unidade, estabelecendo ações prioritárias que possibilitassem a conservação da Unidade.

Problemas fundiários, como a existência de um posseiro dentro da Estação e de dominialidade em uma fração da área que se constitui no principal acesso por terra a Unidade (lote 34), impediram a implantação de infra-estruturas para fiscalização e administração, culminando no atraso da execução do planejamento (Bolzani, 2004).

O posseiro foi retirado em julho de 2002, contudo a questão da dominialidade continuou pendente. Neste contexto, dando continuidade as atividades de implementação da Estação, a SPVS realizou uma Avaliação Ecológica Rápida (AER), para subsidiar a elaboração do Plano de Manejo da Unidade.

Em julho de 2002 a AER foi concluída e a gerência da Estação, com apoio de consultores, desenvolveu os trabalhos para a elaboração da primeira versão do Plano de Manejo da Unidade. Este documento foi concluído em março de 2003.

Três meses após a conclusão do Plano de Manejo, não ocorrendo a renovação do convênio, a co-gestão entre SEMA/IAP e a SPVS foi encerrada.

A partir deste momento a situação administrativa da Estação foi totalmente modificada. O Estado, através do IAP, passou a ser o responsável direto pela execução de todas as atividades de implementação da Estação, bem como pelos seus custos.

Face ao novo contexto, o Plano de Manejo elaborado durante a co-gestão passou a ser impraticável pelo Estado. O planejamento da Unidade foi concebido para ser executado através da co-gestão, ou seja, por uma instituição totalmente incumbida de sua administração, com uma equipe bem estruturada, capacitada e em número satisfatório, e com a perspectiva da continuidade de um aporte significativo de recursos financeiros para a operacionalização da Unidade (Bolzani, 2004).

Desta forma, a SEMA/IAP viu-se obrigada a readequar o Plano de Manejo da Estação à sua nova realidade administrativa.

Através do Programa Pró-Atlântica, com o apoio de novos consultores, foi elaborado este documento que corresponde à versão atualizada do Plano de Manejo, elaborado em 2003.

READEQUAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DA EEG

A readequação do Plano de Manejo implicou em diversas alterações em seu conteúdo, estrutura, formatação e tamanho, atualizações em relação ao pessoal lotado e suas funções, e aos recursos financeiros disponíveis e previstos para a continuidade da implementação Unidade.

Alterações em seu tamanho, ou seja, na extensão do documento, foram realizadas por solicitação dos técnicos diretamente envolvidos com a administração da Unidade, uma vez que a primeira versão fornecia excessiva riqueza de detalhes no corpo do texto.

Assim, com a colaboração da nova gerência, de técnicos do DUC/DIBAP/IAP e do Pró-Atlântica, elaborou-se uma segunda versão deste documento, condizente com a atual realidade administrativa da Unidade, sendo também mais sintético.

Método de trabalho

A readequação do Plano de Manejo foi realizada de abril a novembro de 2005 e compreendeu as etapas descritas a seguir.

Avaliação da primeira versão do Plano de Manejo frente à nova realidade administrativa da Unidade

Esta etapa compreendeu a análise do documento e a realização de reuniões técnicas. Foram identificados os pontos críticos que necessitariam de atualização e as demandas sobre formato, tamanho, estrutura e conteúdo.

Proposição de readequação

Levantados os pontos críticos e demandas, seguiu-se a apresentação de propostas de alterações do documento aos técnicos envolvidos para deliberações e ratificação.

Atualização de informações

Foram levantados dados para atualização de informações contidas no documento, limitadas pela disponibilidade de tempo e de recursos.

Entrega dos encartes

Os encartes foram entregues progressivamente. A análise e as proposições de alterações dos três primeiros foram realizadas simultaneamente, uma vez que estes contêm os elementos para subsidiar o planejamento e a ratificação ou redefinição de projetos específicos e do sistema de monitoria e avaliação.

Os encartes 4, 5 e 6, por sua vez, também foram entregues simultaneamente.

Avaliação e validação do documento

Ao final de oito meses de trabalho foi submetida ao DUC/DIBAP/IAP e ao Pró-Atlântica a primeira versão da readequação do Plano de Manejo. Após análise dos técnicos das instituições e efetuação dos ajustes necessários, foi realizada a validação do presente documento, que corresponde à versão atualizada do Plano de Manejo da EEG.

Estrutura e conteúdo do Plano de Manejo da Unidade

O Quadro 1 apresenta a estruturação do Plano de Manejo em encartes com seus respectivos conteúdos, com base no Roteiro Metodológico de Planejamento de Unidades de Conservação de Uso Indireto (IBAMA, 2002).

QUADRO 1 - ESTRUTURA DO PLANO DE MANEJO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO GUARAGUAÇU.

Encarte	Conteúdo
1 - Contextualização da EEG	Enquadra a Unidade em quatro grandes cenários: internacional, federal, estadual e o ambiental.
2 - Análise Regional da EEG	Trata dos municípios abrangidos pela UC e sua Zona de Amortecimento, identificando oportunidades, pressões e ameaças a Unidade, existentes neste perímetro.
3 - Análise da EEG	Apresenta as características bióticas e abióticas e os fatores antrópicos, históricos, culturais e institucionais, identificando pontos fortes e fracos relacionados a UC.
4 - Planejamento da EEG	Estabelece ações e estratégias de manejo da UC e do seu relacionamento com o seu entorno.
5 - Projetos Específicos	A serem implementados e desenvolvidos.
6 - Monitoria e Avaliação	Estabelece os mecanismos de controle da eficiência, eficácia e efetividade da implementação do planejamento.

ACESSO À UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

O acesso à EEG por via terrestre a partir de Curitiba, é feito pela rodovia BR-277, percorrendo-se 90km até o trevo de acesso da PR-407, localizado em Paranaguá, município sede da EEG. Prossegue-se pela PR-407 por 7km, até um acesso localizado na margem esquerda da rodovia, e percorre-se 1km até a EEG com acesso através da gleba conhecida como "lote 34" (Figura 2).

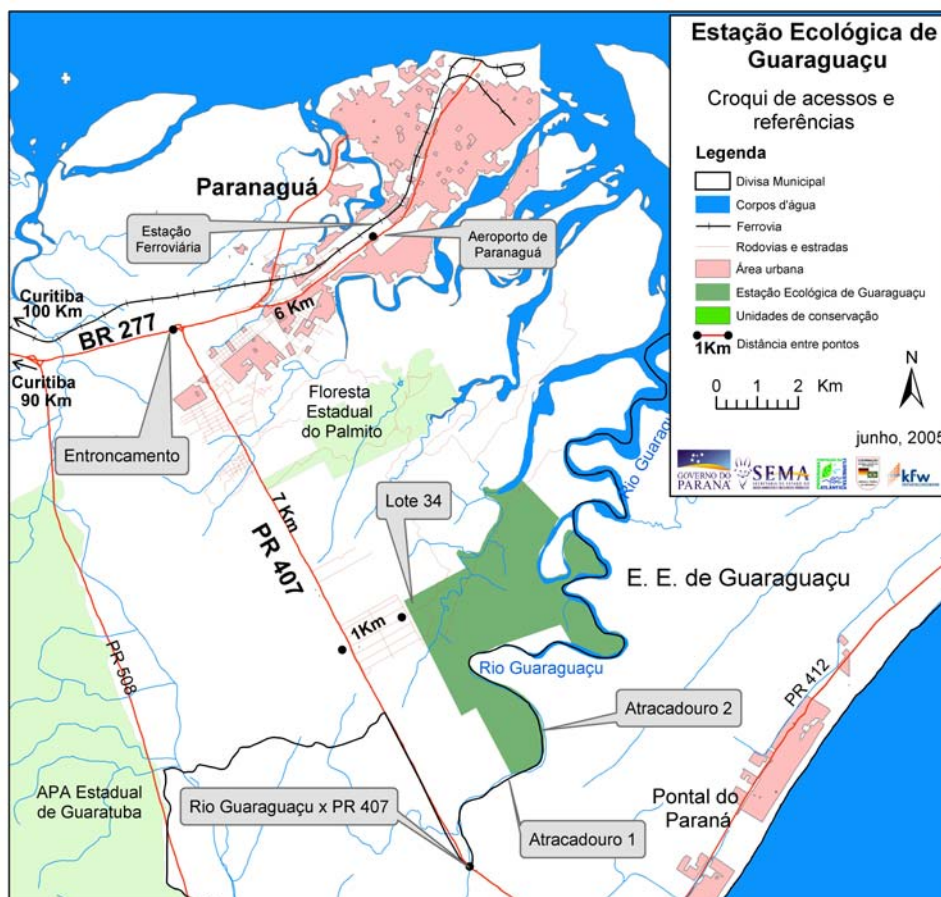


FIGURA 2 - ACESSO A EEG.

Por aviação, na eventual necessidade de transporte especial, é possível estabelecer uma conexão do aeroporto internacional Afonso Pena, em São José dos Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba) com o aeroporto de Paranaguá (a 5m de altitude, com balizamento noturno e pista pavimentada com dimensões de 1.400 x 30m). Segue-se pela rodovia federal BR-277 por 6km até o entroncamento com a rodovia estadual PR-407, e a partir daí percorre-se 7km até um acesso localizado na margem esquerda da rodovia. Percorre-se então 1km até a EEG, cujo acesso é feito através do "lote 34".

Por ferrovia, pela Ferrovia Sul Atlântico - FSA (ex-Rede Ferroviária Federal S/A-RFFSA), a partir de Curitiba por cerca de 100km até Paranaguá e, daí, pela rodovia federal BR-277 e estadual PR-407, conforme já descrito.

Outra via alternativa de acesso à área é a aquática, mediante marinas existentes no rio Guaraguaçu, quando este conflui com a PR-407. As marinas localizam-se a montante da EEG, sendo necessário percorrer o rio Guaraguaçu de barco por aproximadamente 2.900m até a divisa sul (atracadouro 1), e por mais 3.800m até o atracadouro 2, local previsto para instalação da sede administrativa da EEG.

FICHA TÉCNICA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Nome da Unidade de Conservação: ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE GUARAGUAÇU (EEG)	
Instituição Responsável: Instituto Ambiental do Paraná (IAP)	
Unidade Gestora: Departamento de Unidades de Conservação (DUC) – Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas (DIBAP)	
Endereço:	Av. Engº Rebouças, 1375 CEP: 80215-100 – Curitiba - PR - Brasil
Telefone:	(041) 3213-3853 (DUC) (041) 3424-5016 (Sede da EEG)
Site:	http://www.pr.gov.br/meioambiente/iap/
Superfície (ha)	1.150 ha
Perímetro (m)	27.737,72 m
Municípios que abrange e percentual abrangido	Paranaguá (100%)
Estado que abrange	Paraná
Mesorregião Geográfica que abrange	Metropolitana de Curitiba
Microrregião Geográfica que abrange	Paranaguá
Coordenadas Geográficas	25°35'21" – 25°39'07" S / 48°28'33" - 48°31'51" W
Número do Decreto e data de criação	Decreto nº 1.230, de 27 de março de 1992
Marcos importantes (limites em UTM)	Marco 1 divisa sul extremo sul – Lat 7160449 – Long 750559 Marco 2 Divisa norte volta seca – Lat 7166319 – Long 751650 Marco 3 Divisa norte mangue – Lat 7167204 – Long 750892 Marco 4 Divisa com 34 mangue – Lat 7163691 – Long 748950 Marco 5 Divisa com 34 meio – Lat 7163406 – Long 749359 Marco 6 Divisa sul início EEG – Lat 7163078 – Long 748764 Marco 7 Divisa sul 1º esquerda – Lat 7161949 – Long 749356 Marco 8 Divisa sul 2º direita – Lat 7162130 – Long 74967
Bioma e ecossistema	Floresta Atlântica: Floresta Ombrófila Densa Formação Terras Baixas; Formações Pioneiras com Influência Marinha; Formações Pioneiras com Influência Flúvio-Marinha; Formações Pioneiras com Influência Fluvial.
Unidades de Conservação e Áreas de Manejo Especial em sua Área de Influência	Floresta Estadual do Palmito; Ambiental Paraná Floresta S/A; Estação Ecológica da Ilha do Mel, Parque Estadual da Ilha do Mel, Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange; Parque Florestal do Rio da Onça; APA de Guaratuba; Parque Estadual do Boguaçu; APA de Guaraqueçaba; Estação Ecológica de Guaraqueçaba; Parque Nacional de Superagüi; Reserva Municipal da Restinga; Reserva Municipal do Manguezal.
Atividades Desenvolvidas	sim
Fiscalização	
Pesquisa científica	
Monitoramento	Realizadas: Levantamento do Estado de Conservação e dos Usos Atuais da EEG; Monitoramento do Papagaio-de-cara-roxa; Estudo da Biotransformação do ácido betulínico isolado em <i>Dolioscarpus schottianus</i> (cipó caboclo); epífitas vasculares da EEG; Projeto Sucessão – Pesquisa e aplicação em restauração ambiental; Mamíferos da EEG; Catalogação dos sambaquis existentes na EEG; Ecologia e Conservação da Lontra neotropical; Herpetofauna da EEG. Em andamento: estrutura populacional e capturabilidade bagre africano e aspectos da sua biologia; conservação da lontra; distribuição e ocorrência do boto cinza.
	Uso e ocupação do solo na região do entorno da EEG executado pelo IAP e BPFlo; condições da água do Rio Guaraguaçu; população de Palmito Juçara <i>Euterpe edulis</i> nas áreas situada no entorno da EEG; monitoramento trimestral da água despejada no Rio Peri; condições das águas da Baía de Paranaguá.
Atividades conflitantes	Caça; pesca; extração de recursos florestais (palmito); caminhos; terrenos de marinha; intensidade e velocidade de tráfego no rio Guaraguaçu.

(*) o perímetro da área foi calculado por levantamento topográfico das linhas secas e por restituição aerofotográfica das linhas d'água; o total corresponde ao somatório dos perímetros das matrículas imobiliárias (44096, 44097 e 44474).